



2046 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 05 - Educação e Infância

POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES PARA O CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Alana Dafne Tavella - FURG/PPGEA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
Maria Renata Alonso Mota - FURG - Universidade Federal do Rio Grande
Carolina Dias Capilheira - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE

Resumo

O estudo tem o intuito de contribuir para a discussão acerca do currículo e das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Atualmente, esta etapa educacional ganha grande visibilidade e uma série de redirecionamentos vêm sendo feitos pelo Ministério da Educação para a Educação da infância e, em especial para a Educação Infantil. O estudo objetiva compreender os efeitos das atuais políticas públicas educacionais para a educação da infância no Brasil, analisando de que forma essas políticas produzem (re)configurações nas práticas pedagógicas para a educação das crianças de zero a seis anos. A pesquisa é de cunho qualitativo e traz contribuições ancoradas nos estudos de Michel Foucault e demais autores da perspectiva pós-estruturalista. Inicialmente, trazemos uma breve contextualização sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Em seguida, discutimos alguns efeitos para o currículo e a prática pedagógica da Educação Infantil. Por fim, podemos dizer que essa política pública educacional configura-se como estratégia para o governo da população, uma vez que conduz a conduta dos sujeitos por meio de definição de competências e habilidades para a Educação Infantil.

Palavras-chave: infância; Educação Infantil; currículo.

POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES PARA O CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Resumo

O estudo tem o intuito de contribuir para a discussão acerca do currículo e das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Atualmente, esta etapa educacional ganha grande visibilidade e uma série de redirecionamentos vêm sendo feitos pelo Ministério da Educação para a Educação da infância e, em especial para a Educação Infantil. O estudo objetiva compreender os efeitos das atuais políticas públicas educacionais para a educação da infância no Brasil, analisando de que forma essas políticas produzem (re)configurações nas práticas pedagógicas para a educação das crianças de zero a seis anos. A pesquisa é de cunho qualitativo e traz contribuições ancoradas nos estudos de Michel Foucault e demais autores da perspectiva pós-estruturalista. Inicialmente, trazemos uma breve contextualização sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Em seguida, discutimos alguns efeitos para o currículo e a prática pedagógica da Educação Infantil. Por fim, podemos dizer que essa política pública educacional configura-se como estratégia para o governo da população, uma vez que conduz a conduta dos sujeitos por meio de definição de competências e habilidades para a Educação Infantil.

Palavras-chave: infância; Educação Infantil; currículo.

Introdução

O presente trabalho apresenta algumas considerações de uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo compreender os efeitos das atuais políticas públicas educacionais para a Educação Infantil no Brasil, analisando de que forma essas políticas produzem (re)configurações nas práticas pedagógicas para a educação da infância e, em especial, das crianças de zero a cinco anos e onze meses.

Cabe ressaltar que a Educação Infantil vem ganhando uma grande visibilidade no contexto das políticas públicas educacionais. Nos últimos anos, o Ministério da Educação tem realizado estudos, publicado documentos e implementado uma série de programas e ações com o objetivo de ampliar o atendimento e melhorar a qualidade da Educação Infantil em nosso país.

A partir de tal contexto, também percebemos que políticas mais recentes vêm sendo implementadas, trazendo efeitos para a educação da infância. Este estudo, então, foi desencadeado por resultados de pesquisas recentes desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa, que apontam para o fato de que as políticas educacionais atuais para o Ensino Fundamental têm provocado efeitos também na Educação Infantil. Exemplo disso é o Ensino Fundamental de nove anos, que ao ampliar de oito para nove anos a sua duração, incluindo as crianças de seis anos no primeiro ano desta etapa educacional, não só produz um novo lugar escolar para essas crianças de seis anos, como também, provoca um novo redirecionamento para a Educação Infantil, que passa a atender as crianças de zero a cinco anos e onze meses.

Além disso, no momento, no âmbito da Educação Infantil podemos citar a matrícula de crianças de quatro e cinco anos na pré-escola, que passa a ser obrigatória, o que também produz efeitos para a Educação Infantil. A partir deste contexto, perguntamos: como as condições contemporâneas contribuem para tecer novos discursos e novas práticas na Educação Infantil? quais compreensões sobre o currículo vêm sendo tecidas nos discursos que circulam nos documentos legais que implementam políticas para a Educação Infantil? Essas são algumas das problematizações que orientam o desenvolvimento deste estudo.

Dentre os redirecionamentos que podemos perceber, chama-nos a atenção a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada no dia 20 de dezembro de 2017. Neste trabalho apresentaremos algumas reflexões acerca da BNCC, a partir de suas proposições para a

Educação Infantil, procurando compreender alguns dos efeitos para o currículo e a prática pedagógica desta etapa educacional e, de forma especial, para o trabalho da professora que atua com as crianças de zero a cinco anos e onze meses.

Para o desenvolvimento deste estudo, que é de cunho qualitativo, buscamos nas contribuições de Michel Foucault um aprofundamento para essas questões. Para tal, procuramos operar com o conceito foucaultiano de governamentalidade. No âmbito deste estudo tal ferramenta é compreendida como uma grade de inteligibilidade pela qual buscaremos ver a disposição das coisas e, neste caso específico, as (re)configurações do cuidado/educação no contexto contemporâneo, entendendo que as políticas voltadas para a educação da infância, estão implicadas em um dispositivo de subjetivação que foi inventado.

Situamos o estudo em uma vertente que realiza análises externas, na medida em que se situam externamente à racionalidade iluminista, “para tentar entender como viemos nos tornar o que somos, como viemos parar onde estamos” (VEIGA-NETO, 1995, p. 12). Fazer uma análise externa implica problematizar os discursos que se impõem como verdade; significa, então, problematizar o que dizemos que a realidade é. Para Foucault (1995), a verdade não existe fora do poder, ela é deste mundo e nele produz efeitos de poder. Neste estudo, muito mais do que tentar apresentar respostas definitivas às questões e objetivos apresentados, o propósito é pensar a partir delas, no sentido de problematizar alguns discursos sobre a Educação Infantil, que são veiculados na BNCC.

Breve contextualização acerca da Base Nacional Comum Curricular - BNCC

A Base Nacional Comum Curricular que foi aprovada passou por três versões, sendo que as modificações que resultaram na segunda versão, foram provocadas por discussões realizadas em âmbito nacional, por diversos setores da sociedade brasileira. Esse processo iniciou-se no I Seminário Interinstitucional, no ano de 2015, na qual a Portaria 592 estabeleceu uma Comissão de Especialistas para elaborar a primeira versão da BNCC com contribuições tanto da sociedade como também de organizações e instituições científicas. Sua versão preliminar foi apresentada em 16 de setembro de 2015 e até março de 2016 o documento ficou em consulta pública e a população podia acessar e enviar suas contribuições.

A primeira versão do documento teve doze milhões de colaborações, no qual foram estruturadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e subsidiaram a construção da segunda versão que foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 3 de maio de 2016. A segunda versão do documento contou, segundo a CONSED e a UNDIME, com a participação de nove mil especialistas, entidades de educação, professores e também gestores que fizeram parte dos seminários ocorridos durante os meses de junho e agosto de 2016 em todo território nacional.

Porém, após a discussão da segunda versão, ocorreu uma ruptura drástica no processo democrático, no que diz respeito à metodologia utilizada na construção do documento. A terceira versão apresentou mudanças que acentuam as proposições que vão na direção de competências e habilidades. Além disso, rompeu com o processo de discussão que vinha sendo realizado até então. A terceira versão foi apresentada em audiências públicas nas regiões brasileiras e encaminhada à nova composição do Conselho Nacional de Educação (CNE), que ficou responsável por realizar algumas alterações antes da homologação, ocorrida no dia 20 de dezembro de 2017. Após a breve contextualização a respeito da BNCC consideramos pertinente refletir sobre os seus efeitos para o currículo e a prática pedagógica da Educação Infantil.

A BNCC e seus efeitos para o currículo e a prática pedagógica da Educação Infantil

A BNCC tem sido bastante problematizada e sua última versão desconsidera o movimento de discussão que ocorreu a partir da apresentação da 1ª e 2ª versão do documento e mostra de forma acentuada o foco no desenvolvimento de competências e habilidades. Parece-nos, então, que tal perspectiva aponta para a formação de um determinado sujeito infantil, na formação de uma subjetividade que vai na direção de um capital humano.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar, diz respeito ao fato de que na proposta de uma base comum à todas escolas, está, por exemplo, a retomada da Educação Infantil como etapa preparatória. A BNCC apresenta uma visão fragmentada do conhecimento, não priorizando especificidades da faixa etária do zero aos seis anos, pela falta de articulação e dissonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovadas em 2009. Com isso, percebe-se um retrocesso nos direitos das crianças, algo que precisa ser pensado, já que este documento já está imposto. Ainda que em sua versão final tenha sido mantida a expressão “Campos de Experiência”, propostos nas duas primeiras versões apresentadas, ressaltamos que parece haver uma inversão na proposição, tendo em vista que são competências e habilidades bem específicas que são apresentadas para todas as crianças, de todas as regiões do Brasil. Exemplo disso é a síntese apresentada no item do documento que aborda a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Sobre isso, o documento afirma:

Considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresenta-se a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências. Essa síntese deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2017, p.51).

Nesse sentido, parece-nos que a BNCC pode se configurar como uma forte estratégia de controle sobre o trabalho da professora que atua na Educação Infantil. A partir deste documento para uma base comum curricular, podem surgir um conjunto de estratégias e direcionamentos que vão agir diretamente no cotidiano das escolas. Tal movimento poderá enfraquecer o processo de difusão e articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. É importante evidenciar que, o campo pedagógico para essa etapa da Educação Básica, passa a ser constituído por discursos que “circulam e que legitimam determinadas formas de fazer educação. O que se diz sobre ensino, o que se fala sobre o saber pedagógico ou sobre ação docente constitui determinadas verdades que moldam formas adequadas

de agir na escola ou de ministrar uma boa aula" (LOCKMANN e MACHADO, 2014, p.1596).

Com base no exposto, é possível considerar que a Base Nacional Comum Curricular faz parte de um conjunto de políticas educacionais, programas e projetos que por meio da escola busca conduzir a conduta dos indivíduos de diferentes modos, fazendo a gestão do risco social e minimizando os riscos que eles podem futuramente causar na sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5 de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 18, 18 dez. 2009.

_____. Ministério da Educação. Ministro de Estado da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, MEE, SE, SEB, 2017.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. *Microfísica do poder*. 11ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

_____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Roseli Belmonte. Base Nacional Comum, escola, professor *Revista e-Curriculum*. São Paulo. v. 12, n. 03, p. 1591-1613, Out/Dez., 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.